

Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 27, n. 1, p. 191-205, jun. 2014

COMPETIÇÃO DE MOTIVAÇÕES COMO FONTE DE INADEQUAÇÕES NA CODIFICAÇÃO ORACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

COMPETING MOTIVATIONS AS A SOURCE OF INADEQUACIES IN THE CLAUSE CODING: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR

Márcia Teixeira Nogueira *

Francisco Ednardo Pinho dos Santos **

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumo: Este trabalho investiga alguns fatores pelos quais se pode dizer que um enunciado é inadequado em relação à situação de interação em que é usado e à gramática da língua, conforme concepção funcionalista de gramática como sistema flexível frente às pressões do uso. As inadequações são estudadas sob a perspectiva da atribuição de funções pragmáticas, semânticas e sintáticas aos constituintes do enunciado, segundo a concepção de funções gramaticais da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). A hipótese básica, considerando que demandas pragmáticas e semânticas várias competem entre si pela expressão morfossintática (DU BOIS, 1985), é a de que a competição de motivações pode não se resolver satisfatoriamente em algumas situações de uso da língua, produzindo-se construções inadequadas quanto a algum tipo de motivação. Discutimos alguns tipos de inadequações encontradas no *corpus* de análise, constituído a partir de um banco de redações escolares, correlacionando-as a um quadro em que a inadequação é vista como a não satisfação de uma demanda funcional.

Palavras-chave: Competição de motivações; Inadequações; Funções sintáticas; Funções semânticas; Gramática discursivo-funcional.

Abstract: *This work analyzes some factors why it can be considered that a sentence is inadequate concerning the interaction event in which it is used and in relation to the grammar of the specific language, according to a functionalist view of language as a flexible system when faced with usage pressure. Inadequate constructions are studied under the perspective of the assignment of pragmatic, semantic and syntactic functions, according to the conception of grammatical functions of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Assuming that pragmatic and semantic motivations compete for the morphosyntactic expression (DU BOIS, 1987), the main hypothesis is that competing motivations processes can be left unsolved so that an inadequate construction arises. We discuss some types of inadequate constructions found in the corpus, collected from a bank of high school students' texts. They are related to a frame in which the inadequacy is viewed as the non satisfaction of a functional demand.*

Keywords: *Competing Motivations; Inadequacies; Syntactic Functions; Semantic Functions; Functional Discourse Grammar.*

* Doutora da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil, marciatn@gmail.com

** Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, Brasil, ednardopinho@gmail.com

Introdução

Preocupações esparsas sobre a gramaticalidade dos enunciados remontam aos antigos hindus, passando pelos modistas da Idade Média europeia (ROBBINS, 2004). Nos estudos linguísticos modernos, a questão foi amplamente tratada pelo gerativismo chomskyano. Todos esses estudos, antigos e modernos, concebiam a gramaticalidade como uma propriedade formal do sistema linguístico. Já nos estudos de orientação funcionalista, caracterizados por princípios básicos como o da não autonomia da sintaxe, a questão dos parâmetros formais de gramaticalidade é bastante secundária.

Defendemos, porém, que uma concepção ampla de gramática, que englobe e procure integrar aspectos cognitivos, pragmático-discursivos, semânticos e morfossintáticos, implica uma noção igualmente ampla de gramaticalidade. Entendemos que parâmetros cognitivos e comunicativos, por meio de representações pragmáticas e semânticas, impõem restrições várias à morfossintaxe, ela mesma estrangida por padrões formais específicos de cada língua. A violação a restrições desse tipo pode resultar em enunciado inadequado, já que ele falhará em codificar demanda funcional relevante para o evento de interação no qual foi produzido.

Este trabalho procura descrever e analisar esse tipo de inadequações. Para tanto, na seção 1, apresentamos o arcabouço teórico da pesquisa. Discutimos a noção de inadequação com que trabalhamos, diferenciando-a da concepção de erro da gramática tradicional. Em seguida, tratamos brevemente do princípio da competição de motivações (DU BOIS, 1985) e apresentamos os principais conceitos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), sintetizando as razões pelas quais o modelo nos parece adequado para a descrição e análise do fenômeno em estudo. Passamos, então, na seção 2, a uma rápida discussão de questões metodológicas, após o que segue a análise e discussão de alguns dados. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

1 Fundamentação teórica

1.1 A noção de inadequação

Na escola brasileira, em determinados momentos do ensino de produção textual e na correção dos textos escolares, faz-se uso de uma noção de erro ou inadequação vinculada à prescrição gramatical tradicional. Entende-se que, conforme o registro e o gênero textual em questão é preciso seguir determinados padrões de construção gramatical, associados geralmente à norma padrão. O que se entende por erro, nesse caso, não se caracteriza como tal de uma perspectiva estritamente linguística.

Na verdade, praticamente não se fala em erro de língua nos estudos linguísticos modernos. Isso ocorre por vários motivos. Um deles é que, quando de sua consolidação como ciência, no início do século XX, a Linguística procurou deixar bem claras as diferenças entre ela e os estudos tradicionais. Tomou para si a tarefa de prover descrições dos sistemas linguísticos, renegando toda manifestação de prescritivismo que se apontou nas gramáticas tradicionais. Não cabia à Linguística dizer o que era erro, o que não se devia falar, o que não se devia usar.

Com o gerativismo, a prioridade do estudo linguístico incidiu na compreensão da competência linguística do falante ideal. Firmou-se o conceito de gramaticalidade como conformidade às regras da gramática internalizada. O erro ou desvio, nesse sentido, até existe, sendo ele a inobservância a alguma dessas regras, isto é, a aplicação de uma regra onde ela não deveria ser aplicada ou a não aplicação de uma regra onde ela seria esperada e necessária. Fez-se todo um esforço para que a noção de regra se desvinculasse das concepções fortemente arraigadas de bem falar e bem escrever.

Em que medida, portanto, se pode falar em erro de língua? Vejamos o que diz Neves sobre a dicotomia certo/errado:

[...] *certo e errado* são conceitos impossíveis de estabelecer, a não ser em campos legislados, como a ortografia, ou em questões que tocam a própria *gramaticalidade*, isto é, em referência a sequências que escapam à gramática da língua, sequências nunca ocorrentes em produções linguísticas de falante nativo, por menos letrado que ele seja (NEVES, 2002, p. 156, grifos no original).

A noção de erro não fica excluída dos estudos linguísticos, mas restringe-se a considerações sobre a gramaticalidade das unidades linguísticas produzidas. Parece, assim, que o erro de língua, o efetivo erro de língua, só pode ser tratado por teorias da forma linguística.

Defendemos, porém, que deve ter lugar na linguística de orientação funcionalista uma reflexão sobre a existência de enunciados que violam regras gramaticais. Se que a gramática de uma língua não é um construto puramente formal, mas uma estrutura que cumpre funções semânticas e pragmáticas, devemos entender que os desvios podem ter motivação nos componentes semântico e pragmático da língua.

Haiman, por exemplo, entende que os desvios existem e que eles são, na verdade, a base da mudança linguística: “toda mudança se origina como violação de

'regras' preexistentes" (HAIMAN¹ apud CROFT, 1990, p. 258)². O estudo dos desvios é assim justificado pelo estudioso:

a "gramática dos enganos" [...] é não menos importante que a gramática da "fala correta". Talvez ela seja ainda mais significativa, dado que atesta diretamente as forças dinâmicas que causam a mudança linguística, ao passo que a gramática da fala correta de uma época pode ser não mais que uma aglomeração de fósseis (HAIMAN³ apud CROFT, 1990, p. 258)⁴.

É possível que as "regras" a que o autor se refere sejam formais, construcionais, de constituição e de dependência, por exemplo. Entretanto, a referência às motivações dos erros evidencia a concepção de que a gramática é sensível às pressões do uso, de modo que as regras não existem por si mesmas.

Deve ficar claro, assim, que o que nessa pesquisa entende-se como inadequações afasta-se não só do conceito tradicional de erro, como também da noção de gramaticalidade peculiar aos estudos linguísticos de base formalista, precisamente na medida em que estes fazem abstração dos usos linguísticos, de que não deve afastar-se uma análise de orientação funcionalista.

1.2 O princípio da competição de motivações

Assumimos aqui uma concepção funcionalista de linguagem. Isso quer dizer que a língua é entendida como instrumento de interação social. Por ser instrumento, cumpre analisá-la em relação às funções a que ela serve. Muito esquematicamente, poderíamos dizer que as funções básicas da língua são as de representar o mundo e a de estabelecer relações sociais.

Os falantes de uma língua fazem-lhe demandas, e as formas que a língua assume frequentemente são o resultado (possivelmente indireto) dessas demandas. A língua procura, assim, dar conta das necessidades expressivas dos falantes. É, porém, simplificação excessiva entender que todas as regularidades estruturais de um

¹ HAIMAN, J. *Natural syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 259.

² Cf. o original: "all change originates as a violation of preexisting 'rules'.

³ Haiman, 1985, p. 259.

⁴ Cf. o original: "the 'grammar of mistakes' [...] is no less significant than the grammar of 'correct speech'. Perhaps it is even more significant, since it attests directly to the dynamic forces which cause language change, while the grammar of correct speech at any time may be no more than an agglomeration of fossils".

sistema linguístico podem ser explicadas como codificação de funções, em relações biunívocas. Na verdade, um mesmo item ou recurso gramatical pode desempenhar diferentes funções, e, por outro lado, uma mesma função pode encontrar expressões alternativas em mais de um expediente gramatical. Assim, embora seja válido o princípio geral de que a morfossintaxe das línguas atua como a codificação de domínios funcionais tanto de ordem semântica quanto de ordem pragmática, cabe notar que a morfossintaxe é constrangida também por padrões que lhe são próprios, variando de língua para língua, não sendo possível reduzir sempre todas as regularidades a princípios funcionais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Há ainda outra razão pela qual a relação entre forma e função não é tão imediata assim, e ela diz respeito ao fato de que nem todos os domínios funcionais podem ser sempre expressos na forma linguística. Assim, conforme Lehmann (2005), as línguas se diferenciam quanto ao tipo de aspectos da realidade que codificam e o tipo que deixam para recuperação inferencial.

Para Dubois, vários trabalhos funcionalistas

são cheios de ingênuos apelos à percepção, cognição e a outros domínios funcionais externos ao sistema, os quais são usados para “explicar” por que a língua em questão simplesmente tem de ter uma particularidade gramatical que ela tem – quando uma reflexão adicional mostraria que outra bem conhecida língua, ou ainda o dialeto seguinte estrada abaixo, tem uma estrutura gramatical diametricamente oposta quanto ao parâmetro em questão (DUBOIS, 1985, p. 353)⁵.

O autor parte de sua descoberta de um padrão funcional para a ergatividade. Questiona então o linguista: se há uma motivação para a ergatividade, por que não são ergativas todas as línguas? A solução a que chega Dubois é o chamado princípio da competição de motivações: as línguas não são todas ergativas porque há outros domínios funcionais competindo exatamente pelo mesmo parâmetro morfossintático. Cada língua resolve a disputa a seu modo, e assim algumas se alinham ao sistema ergativo, enquanto outras não o fazem, dando preferência à codificação de domínios funcionais outros.

⁵ Cf. o original: “[Volumes of so-called functionalism] are filled with ingenious appeals to perception, cognition or other system-external functional domains, which are used to ‘explain’ why the language in question simply has to have a grammatical particularity that it does – when a moment’s further reflection would show that another well-known language, or even the next dialect down the road, has a diametrically opposed in the relevant parameter”.

A estrutura morfossintática é, assim, concebida como um “bem limitado”, pelo qual competem diversos domínios funcionais. Essa é a explicação para a diversidade de tipos gramaticais existentes: “é a necessidade de resolver consistentemente a competição entre diversas motivações que leva em primeiro lugar à existência da gramática como uma estrutura fixa” (DUBOIS, 1985, p. 360)⁶.

Partindo, pois, da premissa de que motivações várias competem entre si pela expressão morfossintática, formulamos a hipótese de que a competição de motivações discursivas, semânticas e morfossintáticas pode não se resolver satisfatoriamente em algumas situações de uso da língua, resultando em construções desviantes ou inadequadas quanto a algum tipo de motivação ou demanda.

1.3 A Gramática Discursivo-Funcional

Um modelo que nos parece particularmente aparelhado para o tratamento da competição de motivações é a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Inicialmente, devemos entender que a teoria se apresenta como o Componente Gramatical de um mais amplo modelo de interação verbal, composto ainda pelos Componentes Conceitual, Contextual e de Saída. Dessa forma, a teoria nos permite dar conta dos fatores cognitivos, interacionais e textuais que têm impacto nos aspectos gramaticais do enunciado.

No Componente Conceitual, têm sede as intenções comunicativas e conceptualizações que demandarão formulação no Componente Gramatical. Ao situar o Componente Conceitual fora da gramática, concebem os autores que a produção linguística se inicia com unidades não gramaticais, as referidas intenções comunicativas e as conceptualizações que se lhes podem associar. Como é próprio de uma teoria funcionalista, concebe a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) que o conhecimento das unidades gramaticais é instrumental em relação às funções interacionais da linguagem, que são primárias em relação a outras funções da linguagem, como a de instrumento do pensar. Assim, as intenções comunicativas situadas no Componente Conceitual constituem a força-motriz por trás das representações gramaticais, tanto sob uma perspectiva sincrônica quanto sob um olhar diacrônico, pois se entende que o repertório gramatical ora disponível aos falantes é resultado de processos históricos pelos quais formas que se mostraram eficazes ao longo dos

⁶ Cf. o original: “it is largely the need to consistently resolve the competition between diverse external motivations that leads in the first place to the existence – as a fixed structure – of grammar itself”.

tempos foram se sedimentando, num processo de contínua adaptação às demandas comunicativas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 27).

No Componente Contextual, armazenam-se informações que, de algum modo, podem influenciar a formulação dos Atos Discursivos, que são a unidade de análise básica da GDF. Não interessa, deve ficar claro, toda a informação disponível na situação de interação e/ou no texto, mas apenas aquela que pode ser codificada morfossintática ou fonologicamente na língua em questão de maneira sistemática. Assim, se a língua dispõe de categorias gramaticais que expressam a hierarquia social dos participantes de um evento comunicativo, por exemplo, caberá ao Componente Contextual fornecer essa informação. O Componente é também alimentado pelos atos discursivos precedentes ao que se realiza no que concerne à disponibilização de referentes para o discurso.

No Componente de Saída, dá-se a conversão da informação fonológica resultante da última etapa de codificação em sinais acústicos, gráficos ou visuais. Aqui, acompanhando na verdade uma tradição linguística que perpassou todo o século XX, a GDF assume que esse tipo de informação, de natureza material, situa-se fora da gramática.

Já no Componente Gramatical, dão-se as operações gramaticais de formulação e codificação, que resultam nos níveis de representação gramatical. Conforme os autores,

Formulação diz respeito às regras que determinam o que constitui representações pragmáticas e semânticas subjacentes válidas em uma língua. Codificação diz respeito às regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2)⁷.

Interessa verificar que, no Componente Gramatical, ocorrem as representações pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas das unidades linguísticas. Entende-se que a intenção comunicativa, associada a um conjunto de conceptualizações, proveniente do Componente Conceptual, acessa o Componente Gramatical, demandando Formulação gramatical dessas informações inicialmente em termos interpessoais (ou pragmáticos). Trata-se da elaboração de uma representação dos aspectos pragmáticos da informação conceptual em categorias gramaticais

⁷ Cf. o original: "Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representations in a language. Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic representations into morphosyntactic and phonological ones".

da língua em questão. Em seguida, pode dar-se a demanda por representação das conceptualizações em categorias gramaticais no Nível Representacional.

No Nível Representacional, a unidade linguística é formulada em termos semânticos, sendo as conceptualizações associadas a categorias semânticas definidas hierarquicamente. As categorias semânticas são definidas conforme a categoria ontológica designada pela unidade linguística. São categorias semânticas: Indivíduos, Estados de Coisas, Propriedades, Lugar, Tempo, Modo etc. Dessas categorias, interessa-nos a das Propriedades Configuracionais, que constituem “o inventário de esquemas de predicação relevantes para uma língua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 181). Esquemas de predicação definem a valência quantitativa e qualitativa dos predicados, e assim se especificam, dentre outros aspectos, as funções semânticas (Ator, Paciente etc.) dos participantes do Estado de Coisas designado pela Predicação.

As formulações dos Níveis Interpessoal e Representacional demandam algum tipo de codificação, que pode ser de natureza morfossintática (Nível Morfossintático) ou fonológica (Nível Fonológico), nessa ordem.

Cabe destacar que pode haver mapeamento direto do Nível Interpessoal para o Nível Morfossintático e/ou Fonológico, isto é, pode não ser necessária uma representação semântica no Nível Representacional. Do mesmo modo, algumas representações semânticas podem não passar pelo Nível Morfossintático, requerendo representação fonológica imediata.

Devemos deixar claro, a esta altura, por que dissemos que a teoria da GDF é particularmente vocacionada para o tratamento da competição/convergência de motivações. Como vimos, a teoria entende que a estrutura morfossintática é sensível tanto a demandas pragmáticas quanto a demandas semânticas. Interessa notar, ainda, que o modelo admite a existência de padrões morfossintáticos relativamente autônomos, isto é, não motivados. Dessa forma, motivações discursivas e cognitivas, por meio de representações interpessoais e representacionais, competem entre si pela expressão morfossintática, sendo ela mesma estrangida por padrões formais relativamente autônomos.

Conforme Mackenzie (2004), há pressões do Nível Interpessoal para que as unidades recebam codificação estrutural tão logo sejam conceptualizadas e formuladas pragmaticamente. Aqui observamos algo como um princípio icônico do discurso. De outro lado, o Nível Representacional requer que a codificação estrutural represente de forma inequívoca as relações semânticas entre os termos e o predicado. Por fim, existem constrições do próprio Nível Morfossintático específicos de cada língua, a que a estrutura deve obedecer.

Mackenzie baseia-se em Levelt, para quem inadequações na produção de unidades linguísticas podem ocorrer porque

o Codificador Gramatical, responsável pelo acesso aos lemas, [...] acessaria um lema em vez de outro não apenas em relação ao conceito a ser expresso, mas também levando em consideração a morfologia designada à palavra anterior, ao padrão de entonação da frase em andamento, a próxima intenção que o falante acabou de formular e assim por diante (LEVELT⁸ apud ILIOVITZ, 2001, p. 28)⁹.

Essas concepções sobre o funcionamento da gramática explicam, a nosso ver, que haja construções inadequadas ou desviantes nos usos linguísticos. Pode ocorrer que, em situações de interação determinadas, produza-se, devido à necessidade de se satisfazer uma motivação específica, uma construção inaceitável, por não atender a outras motivações também relevantes naquele evento comunicativo. Eventualmente, pois, o resultado dessa competição pode ser disfuncional quanto a uma das demandas, e, nesse sentido, pode ser considerado inadequado.

2 Descrição e análise

Concebemos inadequação como a não satisfação de uma demanda funcional, sendo a inadequação explicável por características da própria organização gramatical das línguas. Assim, esse tipo de inadequação é esperado em circunstâncias várias de uso da língua. Somente o estudo empírico poderá correlacionar a frequência com que ocorrem a parâmetros comunicativos vários, como o gênero textual, por exemplo.

Neste estudo, investigamos a ocorrência de alguns tipos de inadequação em redações escolares. Não significa isso que concebemos esse gênero textual como particularmente favorecedor do fenômeno. Apenas nos parece que, dada a relevância da redação no contexto escolar e social, já que bom desempenho em provas de redação implica aprovação em vestibulares e concursos públicos, cumpre investigar em que medida desvios não previstos pelas gramáticas tradicionais, mas possivelmente sentidos como tais por usuários da língua, dentre os quais os corretores, são

⁸ LEVELT, W. J. M. *Speaking: from intention to articulation*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1989, p. 15.

⁹ O lema seria, nas palavras de Iliovitz (2001, p. 26), “a parte não fonológica da informação de um item lexical”. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 6-7), o Codificador Gramatical de Levelt corresponde aproximadamente ao Componente Gramatical do modelo de interação verbal em que se insere a GDF.

efetivamente desvios de um ponto de vista linguístico. O trabalho procura, assim, contribuir para a descrição e análise do português em uso, vislumbrando-se a possibilidade de aplicação dos resultados ao ensino de língua e à correção de textos escolares, pois a discussão aqui iniciada pode constituir base para a compreensão de problemas de textos escolares não contemplados nem pelo normativismo da tradição gramatical escolar nem pelo estudo de fenômenos de âmbito textual.

Utilizamos, assim, inicialmente, um *corpus* de redações escolares que coletamos junto a estudantes de terceiro ano do Ensino Médio e \ m uma escola pública de Fortaleza. Recorremos, ainda, a bancos de redações disponíveis na internet, como o do Universo Online (UOL)¹⁰.

A análise aqui apresentada será de natureza exclusivamente qualitativa. Apenas descreveremos algumas ocorrências, procurando analisá-las à luz do referencial teórico apresentado. Temos consciência de que a frequência é parâmetro dos mais relevantes para a constatação de que um dado fenômeno pertence à gramática da língua, sobretudo porque, como demonstrou Bybee (2003; 2006) no estudo da gramaticização¹¹, a frequência e a repetição são, elas mesmas, forças atuantes na gramática, e contribuem para que as estruturas venham a ter a forma que têm. Nossa análise, portanto, é tentativa e deverá ser reforçada, em outro momento, com uma análise quantitativa dos fenômenos. A discussão que aqui empreendemos deve ser entendida, então, antes de mais nada, como a exposição de algumas hipóteses de trabalho a serem posteriormente confirmadas ou refutadas pela análise de *corpora* significativos.

Tratamos aqui basicamente das inadequações que implicam a violação de padrões morfossintáticos no que concerne à atribuição da função sintática de Sujeito, correlacionando a inadequação a dois tipos de fatores, um de ordem semântica e outro de ordem pragmática.

Para a discussão do primeiro tipo, consideremos inicialmente (1)-(3):

- (1) Com essa modulação da infraestrutura do transporte coletivo é certo que a demanda no uso das rodovias diminuiria e a degradação também, *com isso*

¹⁰ Os textos do Banco de Redações do Universo Online foram obtidos no *website* <<http://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes>>. Os exemplos extraídos desse Banco de Redações são indicados pela referência BR-UOL seguida do mês/ano da proposta que os motivou. Os exemplos sem referência são do banco de textos coletado pelo próprio pesquisador junto a alunos de Ensino Médio.

¹¹ "Gramaticization" é o termo utilizado pela autora. Pesquisadores brasileiros utilizam com mais frequência o termo "gramaticalização".

facilitaria para começarmos a pensar no condutor de caminhões, motos, ônibus e veículos (BR-UOL, fev./2008).

- (2) *...e nesse dia foi muito produtivo*, interessante e muito ruim apenas para um lado, e muito celebrativo para o escritor que os conta, que no caso sou eu.
- (3) E assim vai até a Avenida Carneiro de Mendonça *em sua última parada foi perto do trilho*.

Em (1), temos um esquema de predicação dinâmica, em que há mudança de estado, sendo o elemento central a forma verbal “facilitaria”. Trata-se de um predicado de dois lugares, em que o primeiro argumento é, prototipicamente, caracterizado como Ator, conforme tipologia de funções semânticas da GDF. No Nível Morfossintático, tal argumento relativo a essa função semântica se expressaria, na voz ativa, como Sujeito, embora a concepção de Sujeito da GDF seja um tanto mais complexa do que a tradicional e mesmo da de muitas teorias linguísticas. Importa dizer que, numa configuração morfossintática, essa unidade apresentaria determinadas características formais associadas à função sintática de Sujeito, tais como a posição, o controle da concordância verbal. Cabe lembrar, ainda, que o Sujeito é um elemento essencialmente nominal, sendo excepcional sua ocorrência com preposição.

No enunciado em análise, parece que domínios funcionais diversos competem pelo item “isso”. Motivações ligadas ao Componente Contextual do modelo global da comunicação parecem condicionar a colocação do constituinte “com isso” na posição imediatamente pré-verbal, tipicamente associada ao Sujeito, estabelecendo, com o segmento discursivo anterior, uma relação de coesão textual, tal como lembram Hengeveld; Mackenzie (2009, p. 202):

Os fatores que conduzem à atribuição da função de Sujeito e/ou de Objeto se aplicam fora da gramática no componente contextual do modelo global da comunicação verbal. Bolkestein (1985) e Bolkestein e Risselada (1987) admitem que o fator crucial para determinar essas escolhas é o da coesão textual. Essas autoras descobriram a existência de uma relação entre a atribuição da função Sujeito em Latim e o fato de as entidades referenciadas já terem sido mencionadas no discurso precedente ou poderem ser deduzidas do conteúdo do discurso. Essa informação se armazena no componente contextual do modelo global e pode ser invocada no processo de codificação morfossintática. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2009, p. 202)

Motivação pragmática referente ao Nível Interpessoal também explicaria esse mesmo condicionamento no que concerne à codificação do Tópico como Sujeito, motivação identificada, por exemplo, na configuração da voz passiva analítica, que preserva a representação semântica, mas promove a topicalização do Paciente.

Essas duas motivações conflitam com o que nos parece ser o condicionamento semântico responsável pelo uso da preposição *com*, implicada na atribuição da categoria semântica circunstancial de Meio (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 263). No enunciado em questão, qual seria o Sujeito de “facilitaria”? Parece-nos que a única unidade ali presente candidata à função é “isso”. Do ponto de vista semântico, apenas o anafórico “isso” poderia representar, no Nível Morfossintático, a unidade semântica que, no Nível Representacional, preenche o primeiro argumento de “facilitar”: “isso facilitaria”. Resta, porém, a preposição, que fica, por assim dizer, solta, sem função. Essa codificação contraria, no entanto, os padrões morfossintáticos da língua portuguesa, não apenas relativos ao sintagma com função de Sujeito, mas à configuração de toda a estrutura oracional centrada no predicado “facilitar”.

Nos exemplos (2) e (3), temos uma bem clara interferência da semântica sobre um padrão morfossintático relativamente fixo.

Em (2), temos uma predicação com um argumento. O núcleo é a propriedade não verbal “produtivo”. O argumento desse tipo de predicação pode vir representado por várias categorias semânticas, e, nessa ocorrência, temos a categoria de Tempo. Na codificação morfossintática, porém, o esperado é que essa categoria seja mapeada sob a forma de Sujeito. Novamente, temos uma interferência do Representacional sobre o Morfossintático, com prevalência do primeiro, como atesta a preposição iniciando o sintagma que identificamos como Sujeito da oração.

Em (3), temos a construção “em sua última parada foi perto do trilho”. A base da construção, do ponto de vista semântico, é um esquema de predicação identificacional, em que ambos os participantes do estado de coisas desempenham a mesma função semântica. No exemplo em análise, a categoria semântica envolvida é a de Lugar. Conforme os padrões morfossintáticos do português, esse esquema de predicação poderia ser mapeado, no Nível Morfossintático, em uma estrutura com Sujeito e complemento de lugar. Nesse caso, Sujeitos não são marcados por preposição. Parece haver, porém, interferência do Nível Representacional sobre o Morfossintático, prevalecendo o primeiro.

Possivelmente, os fatores acima discutidos não são os únicos responsáveis pela configuração morfossintática desviante encontrada. Discutiremos aqui dois outros fatores.

Em primeiro lugar, cabe notarmos que, em (1), a construção gramaticalmente desviante ocorre imediatamente após uma construção em que a oração é encabeçada por um sintagma preposicionado. É possível que a inadequação localizada na oração seguinte se deva ao fato de ela ter procurado manter um paralelismo estrutural com a oração precedente.

Em segundo lugar, não nos parece que seja fortuito o fato de essas ocorrências tenderem a envolver constituinte em posição pré-verbal, encabeçando fisicamente a oração. A possibilidade de o fator topicalidade estar envolvido deve então ser investigada.

Assim é que, nas frases (4) e (5) abaixo, não se pode identificar interferência semântica nas inadequações. A posição pré-verbal sugere tratar-se de condicionamento pragmático.

(4) Hoje, *nos relacionamentos com diferença de idade, tanto heteros como homossexuais, esta cada vez mais normal*, como podemos observar na mídia, ou até mesmo no nosso dia-a-dia (BR-UOL).

(5) *Viver em uma sociedade conservadora não há nada de errado*, o erro se dá no julgamento temerário e no preconceito enrustidos (BR-UOL).

Conforme Baker; Siewierska (2004), o modelo da Gramática Discursivo-Funcional deve implementar-se de modo dinâmico. Isso significa compreender que as operações de Formulação e Codificação não se dão em sequência temporal de modo discreto, quer dizer, não se concebe que a operação de Codificação tenha início apenas quando a intenção comunicativa esteja inteiramente formada e as operações de Formulação tenham sido concluídas. Entende-se, na verdade, que os níveis trabalham com informações parciais advindas dos níveis superiores. Assim, tão logo alguma categoria pragmática (como a de Tópico) tenha sido definida no Nível Interpessoal, inicia-se o processo de representação semântica, se for o caso, e a subsequente codificação morfossintática, mesmo que outras especificações pragmáticas e semânticas (como a escolha do predicado) estejam ainda por ocorrer.

Seja no âmbito do enunciado, onde se dá a atribuição da função pragmática de Tópico ao constituinte, seja no âmbito de unidades linguísticas maiores, em que se pode falar em um domínio funcional da topicalidade, não gramaticalizado, a topicalidade de um constituinte pode resultar em codificação inadequada. Isso porque o constituinte é remetido aos níveis subsequentes antes que sua função semântica seja especificada no Nível Representacional, conforme o esquema de predicação.

Assim talvez se explique o fato de que, em (4), o constituinte “nos relacionamentos com diferença de idade...” seja preposicionado, quando o esquema de

predicação abre espaço para um sintagma nominal a desempenhar a função sintática de Sujeito. Possivelmente, a codificação do constituinte se deu antes da seleção do esquema de predicação.

O mesmo ocorre em (5), sendo que, nesse caso, temos um constituinte não preposicionado, candidato ótimo à função de Sujeito. O problema é que, nesse caso, o esquema de predicação com o verbo “haver” não seleciona argumento a codificar-se como Sujeito¹².

Considerações finais

Atestam-se nos usos linguísticos construções desviantes em relação aos padrões mais ou menos fixos da gramática, sendo que pelo menos parte dessas inadequações pode ser subsumida de princípios bem gerais, envolvendo a própria dinâmica das regras gramaticais, na relação entre os diversos domínios funcionais a que elas servem. Os dados analisados sugerem que inadequações envolvendo a atribuição da função sintática de Sujeito podem ocorrer devido à competição entre motivações puramente morfossintáticas, de um lado, e motivações semânticas e pragmáticas, de outro. Observamos que constituintes em início de sentença parecem sensíveis a determinações pragmáticas, ao passo que constituintes em outras posições na sentença, parecem mais suscetíveis a interferências de ordem semântica. Estudos envolvendo outros domínios funcionais, bem como análises quantitativas, são ainda necessários para uma compreensão das forças atuantes na língua por trás dos usos gramaticalmente desviantes.

Referências

BAKKER, D.; SIEWIERSKA, A. Towards a speaker model of Functional Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, Baltimore, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.

¹² A variação entre TER e HAVER é evocada pelo exemplo (5), mas cumpre esclarecer que a substituição do segundo verbo pelo primeiro em (5) mudaria a representação semântica da oração, não assumindo o verbo TER, no contexto, o sentido existencial, mas relacional, nos termos de Halliday (2004).

Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 27, n. 1, p. 191-205, jun. 2014

_____. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (Org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUBOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Org.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3 ed. London, Edward Arnold, 2004.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. In: *D.E.L.T.A.*, 25:1, 2009, p. 181-208.

ILIOVITZ, E. R. *Uma análise prosódica dos lapsos da língua*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LEHMANN, C. Participant roles, thematic roles and syntactic function. In: TSUNODA, T.; KAGEYAMA, T. (Org.). *Voice and Grammatical Relations: festschrift for Masayoshi Shibatani*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005.

MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar and language production. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

NEVES, M. H. de M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2002.

ROBBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

*Recebido em 28/04/2014.
Aprovado em 03/06/2014.*